

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da portancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Annuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO
DIRECCAO GERAL DA ADMINISTRACAO CIVIL
3.ª Repartição—3.ª Secção

Requerendo-me Anna Victoria Rosa Figueira, e Isabel Lucia Figueira, sobrinhas do presbytero Pedro de Nossa Senhora do Carmo Figueira, prior que foi da freguezia de Nossa Senhora de Assumpção da villa de Collares, que em attenção aos serviços por elle prestados na occasião da epidemia de cholera morbus em 1856, da qual foi victima, e ao desamparo em que ficaram pelo fallecimento de seu tio, por quem eram alimentadas, lhes fosse concedida uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho de 1859; e considerando que se acham provados os bons serviços pastorales d'aquelle parochia, e a falta de meios de subsistencia das supplicantes; usando da faculdade conferida ao governo na lei citada, e conformando-me com o parecer da secção administrativa do conselho d'estado, e com o do conselho de ministros: hei por bem conceder a cada uma das supraditas Anna Victoria da Rosa Figueira, e Isabel Lucia Figueira, a pensão annual

e vitalicia de 60\$000 réis, para a gozarem em quanto se conservarem no estado de solteiras.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 16 de maio de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Representando-me Guilhermina Maria Amancia de Moura, Maria Carlota de Moura, e Maria Theodora de Moura, filhas do cirurgião da cadeia do Limoeiro, Paschoal José de Moura, que pelo fallecimento de seu pae, victima da epidemia da febre amarella, que em 1857 assolou a capital do reino, ficaram privadas dos meios de subsistencia, que elle lhes ministrava, pedindo-me que em attenção aos serviços por elle prestados em tão calamitosa epocha, já como empregado publico, já como facultativo, fosse eu servido conceder-lhes uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho de 1859; e attendendo a que a pobreza das supplicantes, e os serviços de seu pae, se acham devidamente comprovados; usando da autorisação dada ao governo na citada lei, e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder a cada uma das supraditas Guilhermina Maria Amancia de Moura, Maria Carlota de Moura, e Maria Theodora de Moura, a pensão annual

e vitalicia de 60\$000 réis, que perceberão em quanto se conservarem no estado de solteiras.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 16 de maio de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Attendendo ao que me representou Victorina Rosa da Silva, viuva e mãe do cirurgião Frederico Augusto da Silva, pedindo que, em remuneração dos relevantes serviços prestados pelo seu filho na qualidade de facultativo e de sub-delegado do conselho de saude em Lisboa, aos enfermos atacados da febre amarella, se lhe conceda uma pensão; e, tendo outrossim em vista as informações das autoridades e documentos juntos, dos quaes se mostra não só os importantes serviços prestados pelo filho da supplicante durante aquella epidemia, de que falleceu, como as circumstancias de pobreza e desamparo a que ficou reduzida com mais quatro filhos, sendo um d'elles ainda menor: hei por bem, usando da autorisação conferida ao governo pela lei de 4 de junho do anno passado, e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado e com o parecer do conselho de ministros, conceder á sobredita Victorina Rosa da Silva a pensão annual de 150\$000 réis, que disfrutará em quanto se conservar no estado de viuva.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 16 de maio de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Representando-me Francisco de Assis Galvão, residente na povoação de Moncarapaxo, concelho de Ollhão, que, em consequencia do excessivo trabalho que tivera, por occasião da cholera morbus em 1855, com o tratamento dos enfermos atacados d'esta epidemia, ficara impossibilitado de adquirir meios de subsistencia pela sua arte de sangrador, se lhe conceda uma pensão; e mostrando-se pelas informações documentadas das autoridades, que o supplicante effectivamente se prestara com reconhecida dedicação e zelo a acudir aos mesmos enfermos, e que d'isso lhe proveu a perda de sua saude: hei por bem, usando da faculdade conferida ao governo pela lei de 4 de junho do anno passado, e tendo em vista a consulta da secção administrativa do conselho d'estado e o parecer do conselho de ministros, conceder ao referido Francisco de Assis Galvão a pensão annual e vitalicia de 100\$000 réis.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 16 de maio de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Rectificação
Diario n.º 118, no edital publicado, abrindo concurso para as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Alameda, Santo Estevão, S. Martinho de Salreu, Guimarães, S. Cosme e Villar, Jeromenha, freguezia de Reguengo e Turquel, S. Jorge, Alter do Chão, Almeirim, Cartaxo, Pailvo, Perucha, Solheira e Ulme, Fontes e Jou, em vez de ler-se em 23 do corrente mez, etc., deve ler-se em 30 do corrente mez, etc.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
E DE JUSTIÇA
DIRECCAO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da informação do reverendo arcebispo primaz de Braga, resolver que se abra concurso para o provimento da igreja parochial de S. Miguel de Varziella, no mesmo arcebisado; observando-se quanto aos actos do concurso o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (Diario n.º 205); e pelo que respeita ao prazo d'elle, o que se dispoz na portaria de 1 de fevereiro de 1849 (Diario n.º 32). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao reverendo arcebispo primaz de Braga, para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 21 de maio de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA
DIRECCAO GERAL DA TRESOURARIARECEITA E DESPEZA EM DINHEIRO, EFFECTUADA PELOS COFRES ABAIXO MENCIONADOS,
NO MEZ DE ABRIL DE 1860

RECEITA

Saldo do mez de março de 1860 125:929\$637

Rendimentos arrecadados

Pelo cofre da thesauraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto)	159:655\$670
» » da alfandega grande	217:482\$201
» » da alfandega municipal	76:495\$965
» » da casa da moeda	10:733\$203
» » do correio geral	23:762\$186
» » da administração geral do pescado	1:501\$560

Operações de thesauraria

Pelo cofre da thesauraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto)	398:094\$185
» » do correio geral	3:328\$810

401:422\$595 891:053\$780 1:016:983\$417

DESPESA

Ministerio do reino (conforme o desenvolvimento junto)	59:500\$943
» » da fazenda (idem)	164:186\$664
» » da justiça (idem)	14:254\$417
» » da guerra (idem)	151:983\$540
» » da marinha (idem)	60:650\$046
» » dos estrangeiros (idem)	2:822\$449
» » das obras publicas (idem)	90:979\$998

(a) 544:381\$157 738:152\$666

Junta do credito publico (idem)

Operações de thesauraria (idem)	203:079\$058
Saldo que passou para o 1.º de maio de 1860	75:751\$693

941:231\$724

DESENVOLVIMENTOS DA RECEITA EM DINHEIRO DO COFRE DA TRESOURARIA
DO MINISTERIO DA FAZENDA, NO MEZ DE ABRIL DE 1860

RENDIMENTOS

Contrato geral do tabaco

Importancia da prestação de abril de 1860, pertencente ao banco de Portugal, para os juros e amortização do emprestimo de 4.000.000\$000 réis, paga pela metade do contrato de maio do dito anno 21:027\$570

Idem por conta da consignação pertencente á junta do credito publico 86:750\$000

107:777\$570

Decimas

Juros do boudo e inscrições pertencentes ao canthilo de ferro 43:849\$359

Idem de boudo e inscrições pertencentes á fazenda 2:490\$000

Juros diversos 12\$763

Sello 4:290\$000

Venda de proprios 862\$079

159:655\$670

OPERAÇÕES DE TRESOURARIA

Alcances 13\$510

Letras a desconto ou cobrança 127:027\$755

Operação por lei de 16 de abril de 1859 38\$850

Suprimentos

Importancia de suprimentos feitos por diversos, sendo 187:522\$000 réis ao premio de 6 1/2 por cento ao anno, e 24:651\$050 réis sem vencimento de juro 212:153\$050

Transacções de notas do banco de Lisboa 789\$000

Transferecias de fundos

Dos cofres centrais de diversos districtos 38:071\$420

Venda de inscrições 20:000\$000

398:094\$185

RESUMO

Rendimentos 159:655\$670

Operações de thesauraria 398:094\$185

557:749\$855

DESENVOLVIMENTOS DA DESPEZA EM DINHEIRO PAGA PELOS DIVERSOS COFRES
EM LISBOA, NO MEZ DE ABRIL DE 1860

MINISTERIO DA FAZENDA

ENCARGOS GERAES

Dotações da familia real

Dotação de Sua Magestade El-Rei D. Pedro V, meza de março de 1860 23:395\$834

Idem de Sua Magestade El-Rei D. Fernando, dito 5:833\$333

Idem de sua alteza o senhor infante D. Luiz, dito 1:333\$333

Idem de sua alteza o senhor infante D. João, dito 233\$333

Idem de sua alteza o senhor infante D. Fernando, dito 233\$333

Idem de sua alteza o senhor infante D. Augusto, dito 233\$333

Idem de sua alteza a senhora infanta D. Antonia, dito 233\$333

Idem de sua magestade imperial, dito 1:666\$666

Idem da serenissima senhora infanta D. Isabel Maria, dito 1:666\$666

34:829\$164

Cortes

Despeza da camara dos dignos pares no mez de março de 1860 1:500\$000

Idem da camara dos srs. deputados 10:500\$000

12:000\$000

Juros e amortizações a cargo do thesouro

Juros e premios na razão de 6 1/2 por cento ao anno de emprestimos feitos ao governo, e da reforma de outros que se venceram no dito mez

Commissões e corretagens 27:859\$666

Previdos de descontos de letras 644\$755

Juros de letras pagas antes do vencimento 455\$885

Juros e amortização do emprestimo de 4.000 contos de réis, prestação de abril de 1860 21:027\$570

49:988\$726

96:817\$890

Transporte 96:817\$890

Classes inactivas

Vencimentos de classes inactivas de consideração e não consideração, respectivos a diversos mezes 23:171\$076

Diversos encargos

Importancia pertencente á misericórdia de Lisboa, dos emolumentos cobrados na alfandega grande de Lisboa, que entrou no cofre da receita geral no mez de abril de 1860 408\$842

Vencimentos da guarda real dos arceiros, respectivos ao mez de março de 1860 278\$184

Restituições de rendimentos indevidamente arrecadados 839\$756

1:526\$782

SERVIÇO PROPRIO

121:515\$478

Secretaria d'estado

Vencimentos do mez de março de 1860 819\$590

Despesas diversas 26\$825

846\$355

Thesouro publico

Vencimentos de diversos mezes 3:617\$619

Despesas diversas 672\$035

4:289\$654

Tribunal de contas

Vencimentos de diversos mezes 3:436\$278

Procuradoria geral da fazenda

Vencimentos do mez de março dito 238\$833

Alfandegas

Vencimentos do mez de março dito aos empregados da alfandega grande e municipal, e da administração geral do pescado 4:557\$042

Despesas com a fiscalização das alfandegas e administração geral do pescado 16:525\$179

21:076\$221

Administração geral da casa da moeda e papel sellado

Vencimentos do mez de março dito 611\$215

Férias 810\$450

Material e despesas do expediente 367\$550

Commissão aos vendedores de papel sellado 20\$343

1:809\$558

Repartições de fazenda

Vencimentos do mez de março dito, dos empregados da repartição de fazenda do districto de Lisboa 340\$650

Quotas aos exactores de fazenda no referido districto, respectivas a diversos mezes 3:042\$300

Despesas com impressos e outras para serviço da mesma repartição 460\$770

3:843\$620

Empregados addidos de repartições extinctas

Vencimentos do mez de março dito 449\$641

Diversas despesas

Despesas com os lançamentos da decima, cobrança do imposto de transmissão, gratificações a empregados por trabalhos extraordinarios, e outras a cargo d'este ministerio 3:967\$053

161:472\$461

DESPESA EXTRAORDINARIA

Vencimentos dos officiaes inglezes que serviram na guerra peninsular

Varias restituções 412\$510

Importancia por conta do preço por que foi comprada a livraria do bispo do Porto, D. João de Magalhães e Ayellar 1:051\$693

Idem paga á companhia dos canoas de Azambuja, por conta da somma a que se refere a carta de lei de 28 de novembro de 1859 250\$000

1:000\$000 2:714\$203

OPERAÇÕES DE TRESOURARIA

164:186\$664

Alcances 10\$334

Banco de Portugal—conta do emprestimo por lei de 8 de maio de 1855

Banco de Portugal—conta do fundo com applicação ao emprestimo de 21 de fevereiro de 1859 8:179\$703

Excertos de emprestimos sobre penhores 20:000\$000

Letras e bilhetes para pagar 5:679\$337

Letras e bilhetes para receber 14:093\$635

Prata para reduzir a barra 15:674\$630

Suprimentos

Suprimentos a diversos cofres nos districtos 2:021\$150

Ditos feitos ao thesouro por diversos 111:061\$392

113:082\$542

Transacções de notas 789\$600

Transferecias de fundos

Fundos transferidos para o cofre central do districto de Coimbra 6:000\$000

Vales do correio 9:603\$798

203:079\$058

RESUMO

Encargos geraes e serviço do ministerio da fazenda 164:186\$664

Operações de thesauraria 203:079\$058

367:265\$722

MINISTERIO DO REINO

Secretaria d'estado

Vencimentos do mez de março de 1860 2:323\$270

Conselho d'estado

Vencimentos do mez de março dito 1:525\$955

Governos civis

Vencimentos do mez de março dito 914\$840

Despesas de policia no porto de Lisboa 33\$320

948\$160

Instrução publica

Vencimentos do mez de março dito 5:234\$505

Despesas diversas 204\$765

Prestação do theatro de D. Maria II 5:000\$000

Despeza com o theatro de S. Carlos 10:000\$000

15:939\$270

Estabelecimentos scientificos, litterarios e industriaes

Vencimentos do mez de março dito 778\$340

Diversas despesas 483\$330

Prestação para a publicação da obra—quadro elementar das relações politicas e diplomaticas, e dos documentos historicos de Portugal, desde o viii até ao xv seculos 500\$000

1:761\$670

Saude publica

Vencimentos do mez de março dito 1:190\$660

Despesas diversas 4\$000

1:194\$660

Transporte 23:692\$985

Subsidios a municipalidades

Consignação á camara municipal de Lisboa 11:820\$000

Socorros a estabelecimentos de beneficencia

<

Cordaria nacional	Transporte.....	50:873,476
Vencimentos.....	137,595	1:271,305
Ferías.....	1:133,710	
Diversos estabelecimentos		1:852,055
Vencimentos.....		
Despesas diversas		1:380,800
Vencimentos.....		
Officiaes reformados		772,410
Vencimentos.....		
Despesa extraordinaria		56:150,046
Depositos do ultramar.....	1:500,000	
Despesas de Moçambique.....	3:000,000	4:500,000
	Total.....	60:650,046
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS		
Secretaria d'estado		804,527
Vencimentos do mez de março de 1860.....		
Corpo diplomatico		222,4750
Despesas da legação em Madrid.....		
Corpo consular		226,666
Vencimentos do mez de fevereiro dito, e despesas do consulado em Tanger.....		1:253,943

Despesas eventuales	Transporte.....	1:253,943
Gratificação aos empregados da commissão mixta portugueza e hespanhola.....		250,000
Vencimentos do mez de março de 1860 de empregados do corpo diplomatico.....		55,000
Dito de um correo da secretaria, e pensão a Thomás de Cattaneo.....		88,566
Diversas despesas.....		1:175,970
	Total.....	2:822,449
MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA		
Administração central		2:678,529
Vencimentos do mez de março de 1860.....		
Estradas		40:000,000
Credito extraordinario por carta de lei de 7 de junho de 1859.....		
Caminhos de ferro		1:100,000
Diversas obras		
Despesas com varias obras.....	8:500,000	
Melhoramentos da cidade.....	7:500,000	16:000,000
Trabalhos geodesicos		4:243,816
Despesas do mez de março de 1860, e despesas com os trabalhos geodesicos, geologicos, chorographicos, hydraulicos, e secção de minas.....		
Estabelecimentos de instrução		4:000,000
Vencimentos do mez de março dito.....		68:022,025

Correio geral	Transporte.....	68:022,025
Vencimentos e despesas da administração geral dos correios.....		17:188,943
Despesas diversas		5:769,030
Diversas despesas.....		
	Total.....	90:979,998
JUNTA DO CREDITO PUBLICO		
Consignações para os encargos da junta.....	192:972,309	
Para amortização de notas do banco de Lisboa.....	799,200	193:771,509
Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 24 de maio de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.		
ESTADO DA DIVIDA DO THESOURO, PROVENIENTE DE DIVERSAS OPERAÇÕES		
Divida em 31 de março de 1860.....	1:322:408,050	
Dita contrahida em abril dito.....	6:900,000	
Dita paga no dito mez.....	53:278,000	
	Diminuição.....	46:378,000
	Réis.....	1:276:030,050
Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 24 de maio de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.		

Relação n.º 919, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instruções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO		NOMES DAS AGRICIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE PERTENCEM	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		OBSERVAÇÕES
			TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO			ANNUAL	MESES	
11:873	—	—	Pensões	98	Adelaide Sofia Benevides (D.).....	Pens.ª de consideração	60,000	5,000	Começa o abono em 1 do corrente mez.
11:874	—	—	—	—	Frederica Amelia Benevides (D.).....	Idem	60,000	5,000	Idem.
11:875	—	—	—	—	Maria da Gloria Benevides (D.).....	Idem	60,000	5,000	Idem.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 21 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 20 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852, DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1837, COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1732

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICHO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 28 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional
DISTRICHO DE LISBOA
CONCELHO DE ALCOBAÇA

Inventario n.º 421

27164 Fóro de 675 réis, imposto em umas casas e um olival, no casal da Ortiga Silveira. Emphyteuta Luiz Fernandes—135,500.
27165 Fóro de 23250 réis, imposto em uma terra no Peral. Emphyteuta Miguel Bernardes—455.
27166 Fóro de 13440 réis, imposto em umas casas em Alcobaca. Emphyteuta José Luiz Esteves (capitão)—285,800.

CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS
Universidade de Coimbra

27167 Fóro de 13050 réis, imposto em uma horta, vinha e arvoredos em Portelão. Emphyteuta Maria de S. José Guimarães, viúva de Manuel José Guimarães—213,000.

Estes fóros voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

CONCELHO DE ALVALADE
Comenda da Chouparia

27168 Fóro de 33930 réis, imposto em umas oliveiras, terras de pão, carvalhos e matos, sitas onde chamam a Bella, e Venda do Barqueiro. Emphyteuta José Joaquim da Silva—68,775.

CONCELHO DA BATALHA
Inventario n.º 45

27169 Fóro de tres quartos de uma gallinha ou 180 réis, imposto em umas casas na Batalha. Emphyteutas os herdeiros de Manuel Gomes Palheiro—33,150.

27170 Fóro de 60 réis, e tres quartos de uma gallinha ou 150 réis, imposto em umas casas na Batalha. Emphyteuta José Gomes—33,675.

27171 Fóro de 375 réis, e tres quartos de uma gallinha ou 180 réis, imposto em umas casas na Figueira. Emphyteuta José Carneira Barreiros—93,712.

27172 Fóro de 300 réis, imposto em umas casas no Sobrado. Emphyteutas os herdeiros de José Monteiro, viúvo, do Sobrado—53,250.

27173 Fóro de tres quartos de uma gallinha ou 150 réis, imposto em uma vinha na Figueira. Emphyteuta José da Silva Pedro—26,625.

27174 Fóro de 150 réis, tres quartos de uma gallinha ou 150 réis, e tres quartos de um frangão ou 22 1/2 réis, imposto em umas casas na Batalha. Emphyteutas os herdeiros de Luiz Antonio Bello—53,643.

27175 Fóro de 375 réis, imposto em umas casas na Rebolaria. Emphyteuta José Ribeiro—63,562.

27176 Fóro de 375 réis, imposto em umas casas na Bontaca. Emphyteuta José Freire da Silva—63,562.

Casa do Infante

27177 Fóro de 270 réis, imposto em umas terras á ponte do Cozinho. Emphyteuta João Pereira, das Brancas, tutor dos orphãos de José Pereira, do mesmo logar—43,725.

Somma R.ª..... 224,979

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 16 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

SECÇÃO DO CONTENTOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 821—recorrente, Bernardo Antonio da Silva—recorrido, D. Maria Innocencia Calhama Ferreira—relator, o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contentoso administrativo, sobre o recurso que Bernardo Antonio da Silva interpoz de um accordo proferido pelo conselho de districto de Santarem, mandando dar baixa no registro de uma hypotheca;

Mostra-se que tendo a mãe do recorrente, D. Maria Joaquina, como herdeira unica de seu filho Bernardo Antonio da Silva, feito partilha amigavel com a recorrida, legataria da terça, D. Margarida Innocencia Calhama, por meio de uma escriptura publica, ali se descreveram com as suas confrontações e valores os predios que ficavam pertencendo a cada uma, e ambas constituíram respectivamente hypotheca n'esses bens para garantia das responsabilidades a que ficava sujeita a herança tanto para com a fazenda publica, como para certos legados pios;

Mostra-se que, passado tempo depois de ter sido registrada esta hypotheca, requereu a recorrida ao administrador do conselho que mandasse dar baixa no registro, e sendo-lhe indeferido este requerimento, recorreu para o conselho de districto, o qual lhe deu provimento no sobredito accordo, tomando por fundamento não se ter feito registro dentro dos trinta dias determinados no artigo 6.º do decreto de 3 de janeiro de 1837, não ter intervenido a acção do ministerio publico por parte da fazenda publica, e faltarem as declarações individuaes, que a referida lei exige, dos nomes dos credores e devedores, data da obrigação, e quantia da divida;

Mostra-se que d'este accordo interpoz o recorrente, como herdeiro de sua mãe, o presente recurso em que foi ouvido o conselho de districto, o qual já então composto de diferentes vogaes, longe de sustentar o accordo recorrido, o combateu, expondo: 1.º, que não era necessaria a outorga do ministerio publico para uma hypotheca celebrada entre as interessadas em seu proprio favor para nenhuma d'ellas ser fraudada pela outra, e não em favor da fazenda publica, que aliás tem sempre salva a sua hypotheca pelo emprego de thesoureiro pagador que o testador tinha exercido; 2.º, que também não eram necessarias nem possiveis as especificações do nome do credor, natureza das dividas, e epochas do vencimento, por se tratar principalmente de dividas incertas, contra cuja eventualidade as partes procuraram esta garantia, tendo a recorrida a facilidade de exonerar-se da hypotheca intentando a acção competente com citação do recorrente e de quaisquer outros interessados; 3.º, finalmente porque a falta de registro em tempo competente, podendo prejudicar o credor n'um concurso de preferencias, sem com tudo extinguir a obrigação especial resultante da hypotheca, nenhum direito dá ao devedor para requerer a abrupção a baixa do registro;

Mostra-se ter corrido o processo os seus legitimos termos, tendo sido ouvidos em suas allegações os advogados do recorrente e da recorrida, e a final o ministerio publico.

O que tudo visto:

Considerando que o decreto legislativo de 26 de outubro de 1836 determina no artigo 16.º que no registro das hypothecas se não possa dar baixa em todo ou em parte senão á face de escriptura publica, auto de conciliação, termo de composição feita em autos ou de sentença, que tenham extincto o encargo registrado ou alterado a quantidade da divida;

Considerando que, em caso de contestação, a apreciação da legitimidade e valor de taes documentos, aliás propria do direito civil, envolve decisões sobre titulos de propriedade;

Considerando que o artigo 284.º do codigo administrativo ordena que as questões sobre titulos de propriedade ou de posse pertencem exclusivamente ás justicas ordinarias;

Hei por bem, dando provimento no sobredito recurso, revogar por illegal e incompetente o accordo recorrido e determinar que fique sem effeito a baixa que, em observancia d'elle, se deu ao mencionado registro.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 4 de abril de 1860.—REI.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, mogo fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentoso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento

do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentoso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento d'este anno n.º 90, em que são recorrentes: 1.º, Antonio Simões de Brito, por seu filho Antonio, da freguezia do Fundão; 2.º, Manuel Gonçalves, por seu filho Joaquim, da freguezia de Bogas de Cima; 3.º, Manuel Antunes, por seu filho José, da freguezia de Bogas de Cima; 4.º, Maria Francisca, viúva, por seu filho João, da freguezia de Bodilhão; 5.º, José Nunes, por seu filho José, da freguezia da Barroca; 6.º, Francisco Roque, por seu filho Joaquim, da freguezia da Barroca; 7.º, Francisco dos Santos Bispo, por seu filho Antonio, da freguezia da Capinha; 8.º, José Lourenço, por seu filho José, da freguezia de Alcaria; 9.º, Francisco Catharino, por seu filho Antonio, da freguezia de Silveiras; 10.º, Rita do Agostinho, por seu filho Manuel, da freguezia de Lavacinhos; 11.º, Maria Angelica, por seu filho Albino dos Santos, da freguezia de Peroviseu; 12.º, Delfina Barbara, por seu filho, José Lopes, da freguezia de Peroviseu; 13.º, Adrião Bento, por seu filho Francisco, da freguezia de Alcaria; 14.º, Manuel Nunes, por seu filho Jeronymo, da freguezia de Alcongesta; 15.º, José Martins Arroja, por seu filho Joaquim, da freguezia de Alcade; 16.º, Antonio Paulo, por seu filho José, da freguezia de Castellejo; 17.º, João Antonio Ramos, por seu filho João, da freguezia da Capinha; 18.º, Manuel Gonçalves Roque, filho de Domingos Gonçalves Roque, da freguezia de Orca; 19.º, José Quiteres, filho de Joaquim Quiteres, da freguezia da Soalheira; 20.º, Antonio Joaquim Vinagre, por seu filho Anacleto, da freguezia de Orca; 21.º, José Sanches, por seu filho José, da freguezia de Orca; 22.º, Manuel Antunes Braçal, filho de outro, da freguezia da Soalheira; 23.º, Manuel Bernardo da Ascensão, por seu filho João Bernardo, da freguezia das Donnas; 24.º, Manuel Miguel, por seu filho José, da freguezia de Alpedrinha; 25.º, José Gil, por seu filho Fabião, da freguezia de Silveiras; 26.º, Isabel Maria, por seu filho Felizardo, da freguezia de Alcade Nova; 27.º, Bernardino Delgado, por seu filho José Delgado, da freguezia da Capinha; 28.º, Marcellina Rosa, por seu filho Joaquim, da freguezia de Alcade Joannes; 29.º, Anna Leitao, por seu filho José, da freguezia do Salgueiro; 30.º, Thereza Joaquina, por seu filho Antonio, da freguezia do Salgueiro; 31.º, Joaquim Machado, por seu filho José, da freguezia de Alcaria; 32.º, José Antunes Peixoto, por seu filho Antonio, da freguezia de Alcongesta; todos do conselho do Fundão;

Sêi por bem dar provimento n'este recurso tão somente ao decimo nono recorrente José Quiteres, por lhe aproveitar a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855; e denega-lo ao vigesimo segundo recorrente Manuel Antunes Braçal, por não lhe ser applicavel o disposto no artigo 71.º n.º 2.º da citada lei, e em vista do preceito consignado no artigo 6.º da lei de 4 de junho de 1859; e a todos os mais recorrentes, por não aproveitarem os recrutados a dita disposição do artigo 8.º n.º 2.º da lei do recrutamento.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860.—REI.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contentoso, João Antonio Ferreira de Passos.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 2109

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO FERRÃO

Nos autos civis vindos da relação dos Açores, primeiro recorrente, Antonio Siveu de Seguir Camello Borges; segundo recorrente, a fazenda nacional; se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.:

Considerando que as causas em que a fazenda publica demanda ou é demandada são da exclusiva competencia dos juizes de direito, artigo 359.º da reforma judiciaria;

Considerando que n'estes casos, como em todos os mais comprehendidos no mesmo capitulo 2.º titulo 12.º, são excluidos os juizes ordinarios, mesmo quanto aos actos preparatorios do processo;

Considerando, e por maioria de razão, que os inqueritos de testemunhas não são simples acto preparatorio, mas substancial do processo, por isso que intimamente prende e pôde influir ou prejudicar no conhecimento e decisão dos letigios;

E mostrando-se dos autos a fl. 104, que uma carta precatória inquisitoria fôra dirigida a um juiz ordinario, que inquiriu testemunhas;

Annullam todo o processo desde as ditas fl. 164, e mandam que os autos baixem ao juiz de direito de primeira instancia, para que se prosiga nos termos do processo competentemente, e se dê cumprimento á lei.

Lisboa, 17 de abril de 1860.—Ferreira—Caldeira—Grade.—Fui presente, Sousa Azevedo.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 18 de abril de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

PROCESSO N.º 4312

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO MELLO E CARVALHO

Nos autos criminaes vindos da relação do Porto, recorrente, Joaquim Pereira, por alcuha o Morre; recorrido, o ministerio publico; se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc:

Que, tendo sido modificada a pena de morte para o caso de homicidio voluntario pelo artigo 349.º do

codigo penal, substituindo-a pela de trabalhos publicos por toda a vida; e devendo applicar-se as suas disposições aos crimes ainda que commettidos antes da sua publicação, como prescreve o artigo 70.º do mesmo codigo, quando a pena é menos grave, a fim de ser imposta a pena menor, não podendo ser applicaveis, em taes circumstancias, as aggravações determinativas para a pena de morte, prescriptas no referido codigo penal, porque então, quando existissem, se daria a retroactividade para aggravar o que a lei não autorisa;

Annullam o accordo recorrido, concedem a revista pela violação dos citados artigos do codigo penal, e mandam que os autos sejam remetidos á mesma relação do Porto, para ali serem novamente julgados por outros juizes na forma da lei.

Lisboa, 20 de abril de 1860.—Mello e Carvalho (vencido)—Cabal (vencido)—Visconde de Fornos—Ferreira—Grade (vencido)—Aguiar—C. P. Caldeira.—Fui presente, Sousa.

Está conforme. Secretaria do supremo tribunal de justiça, 9 de maio de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

PROCESSO N.º 4275

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO CABRAL

Nos autos criminaes, vindos da relação do Porto; recorrente, Florinda da Silva, menor; recorrido, o ministerio publico, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia, etc.: que mostrando-se dos autos, que o facto que serviu de fundamento ao presente processo, pela sua natureza especial, exclue de acção criminal o individuo que o praticára, em razão de sua qualidade de descendente nos termos do artigo 431.º n.º 2.º do codigo penal, sem comtudo excluir da mesma acção os individuos comprehendidos no § unico do citado artigo, em que foi julgado achar-se a recorrente. E mostrando-se também, pelas respostas dadas pelo jury aos quesitos que lhe foram propostos, que o mesmo jury dera como provadas circumstancias attenuantes da menoridade, bons costumes e outras, que pelo seu numero e importancia deveriam ser prudentemente consideradas pelos juizes, para em attenção ás mesmas, á especie dos autos, e ao principal objecto das leis penaes, substituir a pena que, punindo a recorrente, prevenisse e obstasse ás consequencias que podem verificar-se da entrega de uma menor á sua propria e inexperiente direcção no ultramar. E considerando que o artigo 82.º § unico do codigo penal não foi devidamente attendido e applicado tanto na primeira instancia como no accordo recorrido, concedem a revista, annullando o dito accordo, e mandam baixar o processo á relação de Lisboa para que decida, como for de direito, e execução da lei.

Lisboa, 4 de maio de 1860.—Cabal—Caldeira—vencido—Visconde de Fornos—Mello e Carvalho—Aguiar.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 18 de maio de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do conselho de Oeiras, pela sua gerenciação no anno economico de 1858 a 1859, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.ª secção do tribunal de contas: visto o relatório fl. 230 d'este processo, sobre a conta da receita e despesa da camara municipal do conselho de Oeiras, pertencente ao anno economico de 1858 a 1859; visto o orçamento geral fl. 10, e o supplementar fl. 13, pelos quaes se mostra ter sido a receita do municipio, propria do referido anno economico, avaliada em 2:985,330 réis; visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; declararam não competir a este tribunal o julgamento da conta de que se trata; e mandam que o processo seja remetido ao governador civil do districto, para que a seu respeito se dê cumprimento á lei.

Tribunal de contas, 24 de abril de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira—Correia Caldeira—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 9 de maio de 1860.—Cataño Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do conselho de Valença, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o orçamento da camara municipal do conselho de Valença para o anno economico de 1852 a 1853, attendendo ao disposto no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, e conformando-se com o relatório da direcção e resposta fiscal retro, julgam o tribunal incompetente para conhecer d'este processo.

Lisboa, 27 de abril de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator.—Larcher—Margiochi—Albergaria.—Fui presente, Romero Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 10 de maio de 1860.—Cataño Francisco Pereira Garcez.

EDITAL

O doutor Pedro José da Silva Leitão, administrador do bairro de Alcantara, em Lisboa, etc.

Faço saber, que concedendo o governo de Sua Magestade ás praças com baixa, que quizerem fazer parte da expedição que em breve vaee marchar para Angola, as vantagens de receberem 4800 réis de gratificação quando se alistarem na capital, e pret dobrado durante um anno, que tão somente deve durar o seu serviço, são por este convidadas aquelles a quem isto convier a comparecerem n'esta administração, travessa Nova da Esperança n.º 8, todos os dias desde as dez horas da manhã ás quatro da tarde, até ao preenchimento da força necessaria. E para constar se publica este e se affixa nos logares do estylo.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da existencia dos cereaes, na semana finda em 12 de maio de 1860

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
A bordo	599	22	16	—	86	10	—	32	24	34
Nos depositos.....	17:245	10	580	29	956	40	566	11	279	47
Total.....	17:844	32	596	29	1:042	50	566	43	304	21

Lisboa, 23 de maio de 1860.—O administrador, Pedro José da Silva Leitão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 25 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho proceder á venda, em hasta publica, dos seguintes generos avariados, julgados inúteis para consumo das guarnições dos navios da armada:

52 arrobas de arroz
604 arrobas de bolacha ordinaria
153 alqueires de legume.

No dia 26 do corrente, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar, em hasta publica, a compra de 400 metros de serafina para cartuchos.

Não se tendo effectuado a compra de 100 folhas de 9 1/2 arrateis de cobre, de novo se abrirá praça no dia 26 do corrente, pela uma hora da tarde, perante o conselho de administração de marinha, para se proceder á dita compra.

No mesmo dia, pelas duas horas da tarde, e perante o mesmo conselho, se ha de proceder á compra de doze toneladas inglesas de carvão de pedra (cinzas) para a officina de fundição de ferro do arsenal da marinha.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 22 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE BEJA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Beja, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE BEJA						
Do posto interna.....	—	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas.....	2.294	1.633	81	55	899	2
De Hespanha.....	—	—	9	—	—	—
D'alem dos Pyrenos.....	—	—	—	5	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	3	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	1	—	—	—
Do Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Terras do reino e ilhas.....	12.495	7.416	688	115	1.266	17
Para Hespanha.....	—	—	121	80	—	—
Para alem dos Pyrenos.....	—	—	87	55	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	12	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	12	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	27	15	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	14.789	9.049	1.042	325	2.165	19
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	13.510	5.891	633	255	2.332	27

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Beja, e as que de diversas terras vieram á esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Beja, em 18 de maio de 1860.—O administrador, Carlos José da Matta Veiga.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 24 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. D. RODRIGO DE MENEZES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 63 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Guilherme Pacheco, de que tem deixado de comparecer ás sessões desde o dia 9 de abril até hontem, por grave incommodo de saúde.

—Inteirada.

2.º Do sr. Forjaz, de que por incommodo de saúde faltou ás sessões dos dias 21, 22 e 23 do corrente mez; e pelo mesmo motivo o sr. deputado Luiz Albano faltou n'aquelles dias, falta hoje, e terá talvez de faltar mais alguns.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Bartholomeu dos Santos.—A comissão de fazenda.

2.º Do mesmo ministerio, dando as informações pedidas pelo sr. Affonseca, relativamente á pauta que está em vigor na alandega do Funchal.—Para a secretaria.

3.º Do ministerio da guerra, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Pedro da Silva Freire.—A comissão de guerra.

4.º Do mesmo ministerio, pedindo que a camara lhe declare quaes os esclarecimentos que a comissão de guerra exige acerca dos officiaes da convenção de Evora Monte.—A mesma comissão.

5.º Do mesmo ministerio, acompanhando o mappa da força do exercito, referido ao 1.º de abril ultimo.—A mesma comissão.

6.º Uma representação dos habitantes do extincto julgado da Torre de D. Chama, pedindo a reconstrução do seu julgado, e que d'elle se forme uma nova comarca.—A comissão de estatistica.

7.º Dos amanuenses das repartições do tribunal de contas, pedindo isenção do pagamento de novos direitos, encartes e emolumentos a que estão obrigados pela reforma de 19 de agosto ultimo, ou poderem paga-los por uma deducção de 35000 réis mensaes.—A comissão de fazenda.

8.º Dos habitantes da freguezia da Bordoieira, pedindo a reconstrução do concelho de Aljezur.—A comissão de estatistica.

9.º Das religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Beja, contra a desamortização dos bens das freiras.—A comissão de fazenda, ouvida a ecclesiastica.

10.º Das religiosas de Nossa Senhora da Esperança, de Beja, no mesmo sentido que a antecedente.—As mesmas comissões.

11.º Dos officiaes militares incluídos na convenção de Evora Monte, pedindo que n'esta sessão se resolva favoravelmente a pretensão que tem solicitado da camara.—As comissões de guerra e de fazenda.

12.º Da junta de parochia de Odeixeiras, pedindo a criação de uma cadeira de instrução primaria na sua freguezia.—A comissão de instrução publica.

13.º Dos cidadãos do concelho de Povoa de Lanhoso, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A comissão de fazenda.

Dados para a mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que se recomende ao governo que, pelo ministerio das obras publicas, mande a esta camara uma nota do estado em que está o tracado da estrada de Chaves para Verim, e que declare qual é o ponto da partida ou saída de Chaves.

Camara dos deputados da nação, 22 de maio de

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRITO DE LISBOA

Pela intendencia das obras publicas do distrito de Lisboa se faz saber a todos os individuos fornecedores de materias para as obras a cargo d'esta repartição, que está aberto o cofre da mesma intendencia para o pagamento dos materiais fornecidos no mez de março ultimo.

Lisboa, 24 de maio de 1860.—O contador interno, Antonio Fernandes Leal Junior.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíro, a 27 do corrente, para S. Miguel, o patacho *Sousa e C.*; a 28, para a ilha das Flores, o hiate *Tres Anjos*; a 30, para Pernambuco, o brigue *Tarjão e Filhos*; e para o Rio de Janeiro a barca *Hortencia*; a 1 de junho, para o Rio de Janeiro, a barca *Antonia*; e a 20, para a Bahia, a barca *Figueirense*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 24 de maio de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Saubra.

gocio do reino, na qual ficasse incorporada uma nova direcção geral de instrução publica, creada pela mesma lei, e bem assim a escola polytechnica, que se achava a cargo do ministerio da guerra.

O governo fez uso d'esta autorização pelo decreto organico de 8 de setembro de 1859, constante do documento aqui junto.

Por esse diploma se deixa ver, que todos os ramos de serviço da competencia do ministerio do reino foram distribuídos, alem do gabinete do ministro, por tres direcções geraes e uma repartição de contabilidade.

A 1.ª direcção, dividida em tres repartições, comprehende todos os negocios de administração politica, em relação ao movimento eleitoral e parlamentar, á concessão de graças e merces honorificas ou lucrativas, ás funcções de corte ou festividades publicas, e aos trabalhos do archivo e bibliotheca do ministerio.

A 2.ª direcção, dividida em tres repartições, sendo uma d'ellas subdividida em tres secções, comprehende todos os negocios de administração civil, em relação á segurança publica, á administração geral e municipal, á beneficencia publica, e á saúde publica.

A 3.ª direcção, dividida em tres repartições e duas secções, comprehende todos os negocios de instrução publica, em relação á instrução superior, á instrução secundaria e especial, e á instrução primaria, abrangendo todos os estabelecimentos litterarios ou scientificos, annexos a cada um d'estes ramos de serviço.

Todas as direcções geraes foram investidas de attribuições que, na acção governativa, dessem effez e prompto impulso á execução das leis, e ao expediente dos negocios a seu cargo, podendo tomar, alem d'isso, uma iniciativa forte e bem combinada nas reformas e melhoramentos physicos, intellectuaes e moraes da sociedade.

A repartição de contabilidade recebeu uma organização mais livre e desembaraçada, por meio da qual ha de corresponder melhor ao pensamento de unidade, estabelecido no systema das contadorias dos diversos ministerios, com o intuito de fornecer os dados e elementos necessarios para o aperfeiçoamento da contabilidade geral do estado.

Para o movimento de todos os serviços do ministerio organizou-se o quadro pessoal respectivo com o numero de empregados indispensaveis, e com a denominação que pareceu ser mais apropriada, dividindo-os em duas categorias geraes, a dos que dirigem os negocios e formulam os actos governativos, e a dos que simplesmente copiam os expedientes.

A direcção geral de instrução publica ficou com treze funcionarios, autorisados pela lei de 7 de junho de 1859.

Era reconhecida, por largas experiencias, a impossibilidade que havia de se fazer vantajosamente o serviço dos outros ramos de administração com o numero de empregados do antigo quadro do ministerio; mas a lei n'esta parte não facultava augmento algum de despeza.

O governo, pois, n'esta collisão, querendo conciliar os interesses do serviço com a observancia da lei, adoptou o arbitrio de consignar na reforma a necessidade de mais dez amanuenses, e um correio a cavallo; devendo, todavia, esta providencia ser considerada como simples proposta sem execução alguma, em quanto não obtivesse a necessaria approvação das cortes.

Outro tanto acontece a respeito dos vencimentos de empregados.

Folgaria o governo poder aferir, justamente, a remuneração dos servidores do estado pelo valor de suas habilitações, e pela importancia e responsabilidade dos trabalhos de cada um d'elles em harmonia com a sua collocação hierarchica. Faltando, porém, essa faculdade, foi mister fixar aos directores, aos outros chefes de serviço e aos primeiros officiaes, os vencimentos anteriormente estabelecidos em relação ao ordenado e emolumentos.

Não podia o governo deixar de proceder do mesmo modo para com os segundos officiaes e amanuenses.

E contudo, parecendo injusto que aos empregados da classe de officiaes, a quem se exigiam muitas e despendiosas habilitações, fosse concedido somente o ordenado de 400\$000 réis, e que aos amanuenses, que não podiam subir aos logares superiores sem as habilitações correspondentes, fosse denegada a esperanca de alguma melhoria no mesquinho ordenado de 240\$000 réis, não hesitou o governo de fixar, por lembrança, o vencimento de 500\$000 réis a favor dos segundos officiaes, e de 600\$000 réis, sobre o seu ordenado, em favor dos amanuenses, depois de dez annos de bom e effectivo serviço, elevando esse pequeno beneficio a 120\$000 réis, quando o serviço fosse prestado por mais de vinte annos.

Na admissão e promoção dos empregados, exceptuando os chefes de serviço, adoptou-se o principio de concurso com certas e determinadas habilitações, e provas publicas de aptidão pelos candidatos.

Além d'isso, pela reforma do ministerio do reino, o estado veio a receber garantias de bom serviço por effeito das regras de disciplina e responsabilidade, impostas aos empregados, e estes recebem garantias de estabilidade nos seus empregos em quanto bem servirem, e garantias de aposentação, quando por sua decrepitude ou enfermidades se impossibilitarem de trabalhar, depois de longa carreira de bom e effectivo serviço.

Já por este systema foram, na conformidade da lei, aposentados dois officiaes e um amanuense de primeira classe.

Autorisada como está pela lei de 7 de junho de 1859 a despeza com a nova direcção geral de instrução publica, e com a aposentação de empregados, separadamente dos outros serviços do ministerio, o governo houve-se na reforma d'elles por maneira que não excedeu os limites da verba votada pela legislação anterior; pois que a despeza a maior, proveniente de algumas das disposições da mesma reforma, não poderá fazer-se sem previa approvação das cortes.

Por este modo, senhores, permitti que eu chame a vossa attenção para considerar, que se a reforma do ministerio do reino, por falta de maiores recursos, não chega a ser completa, não deixa, ao menos, de comprehender os elementos necessarios para que, nos variados serviços a seu cargo, seja estabelecida a uniformidade, o caracter e espirito que são devidos a esta grande instituição do estado.

E, dando assim conta ás cortes do uso que o governo fez da autorização da lei de 7 de junho de 1859, na parte relativa á reforma da secretaria d'estado dos negocios do reino, e invocando ao mesmo tempo os principios de justiça, e conveniencia publica, que o determinaram a estabelecer algumas provisões, cuja validade carece de sancção legislativa, tenho por isso a honra de submeter á resolução d'esta camara a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º São confirmadas, na parte em que excedem a autorização da carta de lei de 7 de junho de 1859, as disposições do decreto organico de 8 de setembro do mesmo anno, pelo qual foi desenvolvida e effectuada a reforma do ministerio do reino, ordenada pela citada lei.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 21 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Proposta de lei abolindo os passaportes de transito no interior do reino.

Senhores.—O systema até agora seguido na concessão de passaportes aos nacionaes e estrangeiros para o transito no interior do reino, é geralmente reconhecido não só como ineffez para os fins de policia preventiva, mas como vexatorio a todos os que precisam de viajar para seus interesses domesticos, negocios ou recreio.

A legislação anterior a 1640 nada estatuiu sobre passaportes para o transito no interior do paiz, e as suas disposições apenas prohibiam a saída dos nacionaes para fóra do reino sem passaporte, sob graves penas contra os infractores, prohibição que foi confirmada pelos alvarás de 6 de setembro de 1645, 5 de fevereiro, 4 de julho e 5 de setembro de 1646, e pela lei de 6 de dezembro de 1660; isto como medida de policia em consequencia da guerra proveniente do acontecimento politico de 1640.

A portaria de 13 de dezembro de 1758, e os alvarás de 25 de junho de 1760, e de 13 de agosto do mesmo anno foram as primeiras ordenações que impozeram a obrigação de ninguém sair da corte e das comarcas sem passaporte; não contendo outra penalidade mais, alem da detenção do viajante que se tornasse suspeito, até legalisar a sua identidade. Posteriormente publicou-se o regulamento de 6 de março de 1810 relativo aos estrangeiros, que entrassem no reino ou n'elle residissem, assim como o edital da extincta intendencia geral da policia de 19 de fevereiro de 1811, renovando a prohibição de viajar sem passaporte, e o regulamento de 25 de maio de 1825; mas é certo que esta legislação promulgada e renovada sempre em circumstancias especiaes, foi constantemente motivada pelo estado anormal em que se achava o reino.

Em tempos pacificos, e n'uma situação ordinaria, a exigencia de passaporte para viajar no interior do paiz, é um vexame inútil e um embaraço ás facilidades de transporte e viação que cumpre remover. É a proposito ponderar que, tendo sido condemnados duzentos sessenta e cinco individuos por falta de passaporte, nos tres juizes criminaes de Lisboa, durante os annos de 1857, 1858 e primeiro semestre de 1859, nem um só d'entre elles foi reconhecido como criminoso, que pretendesse evadir-se á acção da justiça pela transgressão dos regulamentos policiaes.

Segundo os documentos que o governo tem mandado colligir, pôde calcular-se em 2.400\$000 réis proximoamente, o producto do imposto de sellos nos passaportes do interior, e em pouco menos de réis 5.000\$000, a somma que recebem as diversas autoridades administrativas, a titulo de emolumentos pela promptificação dos referidos passaportes. Estas quantias reunidas, que pouco excedem alem de 7.000\$000 réis, representam um desfalque para o thesouro, na parte respectiva ao imposto de sellos, e uma perda efectiva para diferentes funcionarios, no que toca aos emolumentos que têm percebido até agora: quando mesmo, porém, o estado compense razoavelmente ás autoridades administrativas a importancia aproximada dos emolumentos que perdem, não creio que esse pequeno encargo seja motivo sufficiente para condemnar esta providencia de reconhecida utilidade publica.

Os passaportes no interior do reino foram sempre estabelecidos em occasiões de guerra estrangeira ou dissensões intestinas, e é justo e previdente que a lei autorise, em taes casos, esse meio de policia; n'esse intuito dispõe a proposta que, em circumstancias extraordinarias, possa o governo decretar o uso de passaporte, como documento indispensavel para viajar no interior do paiz.

Nestes termos, e conforme estes principios e fundamentos, tenho a honra de submeter ao vosso exame e approvação a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Todos os individuos nacionaes e estrangeiros podem viajar no continente do reino, e dentro dos districtos administrativos das ilhas adjacentes, sem dependencia de passaporte.

Art. 2.º É o governo autorisado a abonar uma gratificação ás autoridades administrativas, que percebiam emolumentos pela promptificação dos passaportes do interior.

§ unico. A somma d'estas gratificações em todo o reino e ilhas adjacentes, não poderá exceder a 4.800\$000 réis.

Art. 3.º Em circumstancias extraordinarias fica o governo autorisado a restabelecer, temporariamente, a obrigação de passaporte do interior, para viajar dentro do reino, e nos districtos administrativos das ilhas adjacentes.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 22 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Proposta de lei autorisando a camara municipal do concelho do Cartaxo a dar de aforamento os terrenos da cerca do extincto convento de S. Francisco

Senhores.—Pelo decreto de 29 de julho de 1845, e em virtude da autorisacão dada ao governo na lei de 27 de outubro de 1841, foi concedido á camara municipal do Cartaxo o edificio e a cerca do extincto convento de S. Francisco, para se estabelecerem n'aquelle os paços do concelho, tribunal de justiça, aula de instrução primaria, e aquartelamento de tropa; e n'esta o cemiterio e mercado publicos.

Feito o cemiterio, e demarcada a área para o mercado, sobejou uma pequena porção de terreno da cerca, como mostra a planta junta, e que a camara pretende aforar, não só para aforosear com edificios a nova praça do mercado, mas tambem para auferir d'esses restos da cerca, a que não pôde dar-se melhor applicação, rendimentos para o concelho.

Segundo a legislação vigente os bens doados pelo estado ás camaras municipaes para certo e determinado fim, não podem, sem nova concessão, ter destino diverso. Por esta razão, e porque me parece de incontestavel utilidade geral e municipal a pretensão da camara municipal do Cartaxo, tenho a honra de apresentar-vos a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É autorisada a camara municipal do Cartaxo a dar de aforamento os terrenos da cerca do extincto convento de S. Francisco, que lhe foram doados pelo decreto de 29 de julho de 1845, e sobejaram depois de construídos o mercado e cemiterio publicos, para que haviam sido destinados.

Art. 2.º Os aforamentos serão perpetuos, feitos em hasta publica, com previo arbitramento do fôro por louvados, e sem que nos respectivos contratos se possa estipular laudemio ou luctuosa.

Art. 3.º Nenhum dos vereadores da camara municipal será admittido por si ou por interposta pessoa, a aforar porção alguma d'aquelles terrenos, pena de nulidade dos contratos.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 21 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Proposta de lei confirmando e legalisando o credito extraordinario aberto por decreto de 23 de setembro de 1857 para o serviço da illuminação, calçadas e limpeza da capital no anno economico de 1857 e 1858.

Senhores.—Em sessão de 9 de junho de 1857 da camara dos srs. deputados, foi apresentada pelo governo uma proposta para ser elevada a 120.000\$000 réis, a consignação de 102.886\$426 réis destinada, por decreto de 21 de dezembro de 1852, e carta de lei de 5 de agosto de 1854, ao serviço de illuminação, calçadas e limpeza da capital; e bem assim para se autorisar o pagamento em prestações mensaes do 1.500\$000 réis, da divida liquidada até 31 de outubro de 1854, a favor da companhia de illuminação a gaz, na importancia de 39.631\$109 réis, e da que se liquidasse em relação ao anno economico de 1856 a 1857, calculada na quantia de 18.550\$000 réis.

Não tendo esta proposta chegado a alcançar approvação da camara dos dignos pares do reino, por se haver encerrado a sessão legislativa, e tendo sido o governo obrigado a attender ás representações da camara municipal e da companhia, para que o serviço da illuminação da cidade continuasse com a regularidade indispensavel, e sem prejuizo do serviço das calçadas e limpeza, abriu um credito extraordinario pela quantia de 35.113\$574 réis; sendo 17.113\$574 réis, differença entre a dotação municipal autorisada para o anno economico findo de 1857 a 1858, e a somma de 120.000\$000 réis, a que ella devia elevar-se no mesmo anno, e 18.000\$000 réis, importancia das prestações correspondentes aos mezes de julho de 1857 a junho de 1858, por conta do credito da companhia, como consta da inclusa copia autentica do referido credito.

Tendo continuado no anno seguinte, de 1858 a 1859, as mesmas razões que obrigaram o governo a attender ás reclamações da camara municipal, abriu-se, no ministerio da fazenda, em 10 de junho de 1859, um credito extraordinario pela quantia de 17.113\$574 réis, differença entre a dotação municipal autorisada para o dito anno de 1858 a 1859, e os já referidos 120.000\$000 réis.

Nestes termos, pois, renova o governo a mencionada proposta na parte que respeita ao augmento da dotação municipal, e tem a honra de submeter á vossa approvação a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É confirmado e legalisado o credito extraordinario de 35.113\$574 réis, o qual foi aberto por decreto de 23 de setembro de 1857; sendo 17.113\$574 réis, differença entre a consignação votada para o serviço de illuminação, calçadas e limpeza na capital no anno economico findo de 1857 a 1858, e a somma de 120.000\$000 réis a que ella devia elevar-se no mesmo anno, e 18.000\$000 réis, importancia das prestações mensaes de 1.500\$000 réis correspondentes aos mezes de julho de 1857 a junho de 1858, por conta da divida de que é credora a companhia de illuminação a gaz.

Art. 2.º É confirmado e legalisado o credito extraordinario, aberto no ministerio da fazenda, em 10 de junho de 1859, pela differença entre a consignação autorisada para o serviço de illuminação, calçadas e limpeza da capital no anno economico findo de 1858 a 1859, e a de réis 120.000\$000 a que devia elevar-se n'este anno.

Art. 3.º É elevada a 120.000\$000 réis, a contar do 1.º de julho de 1859, a consignação de 102.886\$426 réis, fixada para despezas de illuminação, calçadas e limpeza da capital, pelo decreto de 21 de dezembro de 1852, e carta de lei de 5 de agosto de 1854.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 21 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Lisboa.—O sr. Alexandre Magno de Castilho falleceu hontem pelas nove horas da manhã, victima da dolorosa enfermidade que ha dois annos o perseguia.

O illustre finado prezava muito as letras portuguezas para que deu um bom peullo. Ultimamente o distincto litterato era editor e autor de um livro, muito festejado, e muito bem recebido em Portugal e no Brazil, o qual annualmente via a luz publica, e que se denominava: *Almanack de lembranças*.

A morte do sr. Alexandre Magno de Castilho causou profunda magua. A imprensa lisboense lamenta toda este infansto successo.

O fallecido era bacharel formado em mathematica pela universidade de Coimbra, e membro do instituto historico de Paris, da associação industrial portuense, da sociedade dos antiquarios de Saint-Omer, do instituto combricense, da academia de Rhodes, do instituto africano de Paris, e de varias associações litterarias nacionaes e estrangeiras.

Têm sido muitas e continuadas as demonstrações de sentimento pela lamentavel morte do nobre duque da Terceira. Ainda hontem a guarda municipal de Lisboa, com o seu digno commandante á frente, o brigadeiro Bravo, foi á igreja da freguezia de Santa Justa ouvir uma missa por alma do distincto marechal. A este acto religioso assistiram por convite do sr. Bravo varias pessoas de superior distincção.

A direcção da associação de Nossa Senhora Consoladora dos Afflictoes acaba de publicar o relatório e contas da sua gerencia, relativa ao duodecimo anno da existencia da mesma associação, pelos quaes se vê que a receita, incluindo prestações das sociaes, doativos, legados, e juros do capital empregado, foi de 5.885\$875 réis; a despeza de 5.064\$845 réis; sendo 3.136\$640 réis dado em esmolas, em dietas aos doentes e roupas; 1.075\$7

O réu foi condemnado no mínimo da pena, que é de tres dias de prisão remissiva a razão de 25000 réis por dia, e nas custas. O advogado do réu apellou da sentença.

—O mesmo jornal dá conta do seguinte lamentavel desastre:

«Esta manhã, por volta das oito horas, houve nas obras da estrada da ponte pensil, ao alto da Bandeira, uma lamentavel desgraça. Trabalhava no sitio, chamado Traz da Paradinha, o pedreiro José Ribeiro, natural de Recezinhas, de trinta e tantos annos de idade. Na occasião em que se ia rolar um grande calhau, do cimo da pedreira gritaram ao dito José Ribeiro, que se arredasse para longe. Elle effectivamente se levantou do sitio em que se achava, e foi postar-se a alguma distancia em cima de uma pedra.

«O calhau rolando seguiu, infelizmente, a direcção do local onde o pobre pedreiro estava, e indo este a fugir com tal força o entalou contra outra pedra, que lhe esmagou completamente toda a perna direita.

«Foi, já moribundo, conduzido para o hospital da misericórdia.»

—O conselho filial de beneficencia do districto do Porto continua, por meio de generosos offerecimentos dos seus membros, a contribuir para organizar, o mais breve possivel, o asylo de mendicidade d'aquella cidade. A este respeito lê-se o que em seguida transcrevemos do *Nacional* de 22:

«O sr. Leite Guimarães, vogal do conselho filial de beneficencia, dirigiu ao presidente interino do mesmo conselho uma carta offerecendo-se para começar immediatamente, e á sua custa, as obras do asylo de mendicidade, orçadas em 6:000:000 réis, seguindo o risco da parte do edificio já existente. «Tambem o sr. Leite Guimarães pedia na mesma carta o auxilio dos seus collegas para compra de roupas, moveis e mais objectos necessarios para a nova casa.

«Este offerecimento apresentado em sessão do conselho de 19 do corrente foi recebido e acceto com o maior reconhecimento, promptificando-se os vogaes presentes a prestar a coadiuvação que lhes era pedida.»

Povoas de Varzim.—D'esta localidade communicam ao *Commercio do Porto*, que na sexta-feira 18 do corrente, vindo pela tarde, das alturas de Caminha para aquella villa, uma companhia de pescadores em uma lancha carregada de peixe, encontrara boiando nas alturas da barra de Fão uma enorme baleia, que trouxeram para a Povoas. Foi um feliz achado para os pobres pescadores, os quaes a venderam logo a varios individuos da villa por 2125:000 réis, calculando os compradores que ella produziria de oito a dez pipas de oleo.

Diz-nos o nosso correspondente que apesar do mau estado da baleia, que indicava estar morta já ha dias, podéra med-la, e verificára que tinha de comprimento 20 metros, e de circumferencia na parte mais grossa do corpo 18 metros. As barbas tinham apenas de 60 a 66 centimetros de comprimento, 40 de largura e 2 de grossura, pelo que dizem as pessoas praticas que era baleia ainda nova e que não teria mais de dois annos. O osso do queixo superior tinha 5 metros de comprimento e 120 centimetros de circumferencia.

Ponte da Barca.—No sabbado 19 do corrente tiveram principio n'esta villa, segundo escreve o *Vianense*, os trabalhos da abertura e construcção da estrada de Braga a Valença. Os trabalhos começaram no sitio do Campo do Forno, em direcção á Portella.

Vianna do Castello.—Foi dissolvida no sabbado, diz o *Vianense* de segunda-feira 21 do corrente, a junta administrativa das obras da barra d'esta cidade; e em sessão de 19, já foi feita pela camara municipal a proposta dos cidadãos que têm de constituir a nova junta, na conformidade do artigo 2.º da carta de lei de 21 de julho de 1852.

Parece que vão continuar em breve os trabalhos do melhoramento da barra, concluindo-se primeiro que tudo o caminho do Rapello, com as simples condições de uma obra provisoria, unicamente destinada á conducção de materias.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 21 do corrente, e de Paris até 18.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Napoles, 19 de maio.—Um principe da familia real será nomeado vice-rei da Sicilia. O director da policia Maniccolo será demittido.

Londres, 19.—Dizem as correspondencias de Vienna que se estabeleceu um accordo entre a Austria, Prussia e Inglaterra: primeiro para ser mantida a integridade da Turquia; segundo para, no caso de ser adoptada alguma determinação relativa aos christãos do Oriente, se tomar por base d'essa determinação, não exclusivamente os factos emanados da Russia, mas tambem as informações dos embaixadores e consules do Oriente.

Segundo consta de um despacho de Trieste, a Austria resolveu que os navios mercantes, pertencentes á antiga monarchia sarra, sejam admittidos nos portos austriacos, uma vez que arvoram a bandeira tricolor; porém os pertencentes á Italia central annexada deverão retirar a bandeira, antes de entrarem nos portos citados.

Turim, 19.—Os bispos processados são o de Faenza e de Imela, e o vigário de Bolonha.

O arcebispo de Pisa deve ser conduzido para Turim, por se recusar a obedecer ás ordens do governo.

Copenhague, 19.—O jornal *Dabladet* diz que o governo dinamarquez enviou ao gabinete prussiano um protesto contra as discussões da camara prussiana, sobre as questões do Schleswig.

Napoles, 20.—Não ha noticia de novos combates na Sicilia. Duas fortes columnas perseguem os restos dispersos dos revoltosos, e restabelece a tranquillidade e o poder do rei, nos povos. O ardor das tropas é grande. Nas povoações foram acolhidos os revoltosos mais por temor do que por sympathia.

Paris, 24.—Napoles, 19 á noite.—O encontro de Calatafini não terminou de uma maneira decisiva. Os napolitanos voltaram a Palermo, onde se distribuíram em duas columnas, cada uma de 3:000 homens, a fim de perseguirem os revoltosos, que, reunidos a 6:000 indigenas, constituem a partida de Garibaldi.

ROMA

O jornal *La Espana* publica um despacho telegraphico de Roma, com a noticia de que alguns membros do sacro collegio aconselharam ao summo pontifice a convocação de uma assemblea composta dos representantes de todas as potencias catholicas, para que, procedendo ao exame do estado de cousas nos dominios pontificios, proponha a sua santidade as reformas, que julgue realisaveis. Diz o mesmo despacho que a summo pontifice se mostrou inclinado a aceitar esta idéa.

(La Correspondencia de Espana).

NAPOLES

Eis, diz o jornal *El Occidente*, as medidas adoptadas pelo governo napolitano contra os revoltosos da Sicilia:

«Estabeleceu-se uma commissão em cada uma das sete provincias da Sicilia, para formar a lista dos individuos que percorrem o paiz, commettendo desordens á mão armada, em grupos de mais de tres pessoas. Estas listas devem ser submettidas á rectificação durante quinze dias, e depois d'este prazo serão revistas e publicadas. Os individuos, cujos nomes figurarem nas listas, são declarados *fora da lei*, e como taes, condemnados á morte, e poderão ser impunemente mortos pela força militar, ou mesmo por qualquer particular. Os individuos que caírem vivos em poder das tropas serão julgados pelos conselhos de guerra, uma vez provada a sua identidade; os que se submeterem serão julgados pelos tribunaes competentes, segundo a lei ordinaria.

«As pessoas que derem asylo aos individuos *fora da lei*, ou que por qualquer forma os coadiuvarem, serão igualmente julgadas pelos tribunaes militares.

«Finalmente, os individuos que se distinguirem perseguindo, e sobretudo, apoderando-se dos que estão *fora da lei*, mortos ou vivos, terão direito a uma gratificação de 200 ducados pela prisão de um capitão de partida, e 100 pela morte de qualquer d'esses mesmos capitães. Concede-se metade d'esta quantia pela prisão ou morte de qualquer individuo que pertença a estas partidas.

«A segunda ordem de 16 de junho de 1849, posta hoje em vigor, determina que todo o habitante, sem excepção, que não deponha as armas, será julgado por um conselho de guerra e condemnado á morte.»

AUSTRIA

Consta dos ultimos despachos telegraphicos de Vienna, que o conde de Thum, ministro de instrucção publica, pediu a sua demissão, sendo substituído por mr. Stogeni.

—A *Gazeta de Colonia*, reportando-se a noticias d'esta capital, que alcançam até 10 do corrente, afirma que o general Benedek fora recebido no dia anterior, em audiencia particular, por sua magestade o imperador Francisco José. Ignorava-se todavia, se o ministerio estava resolvido a satisfazer os desejos dos húngaros. Affirmava-se nos circulos bem informados que o conde de Rechberg havia sustentado as propostas feitas pelo general Benedek, em quanto que os ministros Golukowski, Thum e Plener se oppunham energicamente a quaesquer concessões ultteriores. (El Dia.)

RUSSIA

As noticias de S. Petersburgo, recebidas pelo correio ordinario, alcançam até ao dia 6 do corrente. Assim como em tempo Schamyl foi n'aquella capital objecto de curiosidade geral, assim o era actualmente o principe caucasiano Mehemed-Amin, com a sua comitiva.

Schamyl está gravemente doente em Moscova. Dizia-se que o imperador partiria para Varsovia nos ultimos dias d'este mez, porém esta viagem foi adiada, segundo parece, para mais tarde.

CHINA

Consta das ultimas correspondencias de Hong-Kong que os recentes triumphos dos revoltosos, em districtos de primeira importancia, tinham causado a maior consternação, em consequencia da crise commercial que immediatamente se manifestou nos principaes portos do imperio chinês.

Em Shanghai achavam-se completamente paralisadas as negociações, attento o perigo em que está a cidade de Hangchow de ser occupada pelos revoltosos, resentindo-se tambem d'esta influencia a cidade de Cantão, pela sua proximidade.

A ponta de terra situada em frente de Hong-Kong foi occupada pelos inglezes em virtude de um convenio feito com o governo dos dois Kwangs; o 31.º e 41.º regimentos da rainha estavam acampados n'aquelle territorio, ás ordens da auctoridade militar.

Todos os dias chegavam novas tropas da India, e uma força consideravel devia partir para o norte, a fim de occupar Chusan. Sir Hope Grant partiu no dia 1 de abril para Shanghai, a bordo do vapor *Grenade* da companhia peninsular e oriental. No dia 4, mr. Page, o almirante francez, devia seguir o mesmo destino.

Crê-se geralmente que o governo chinês está resolvido a não fazer concessão alguma aos embaixadores dos alliados, e pelo contrario resistirá a qualquer demonstração feita pelas forças de ambos os paizes. (Times.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DO INSTITUTO D. JOÃO NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,55	23,0	53,2	NNO.
3 t. 756,56	24,1	51,4	NNO.

DIA 23.

Maxima—temperatura.....	29,0 C.
Minima.....	17,2 »
(de noite).....	3,0 »
Ozone (de dia).....	3,5 »
Chuva (udometro).....	0,0Mil.
Evaporação (vapormetro).....	13,8 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

VINHOS

«O *Commercio do Porto* publica as seguintes noticias sobre o estado dos nossos vinhos, com relação aos mercados de Inglaterra:

«As noticias que trouxe o paquete, chegado hontem de Inglaterra, parecem ser mais animadoras para o mercado de vinhos, tendo vindo algumas ordens. Tambem consta que em Londres houvera um leilão de vinhos, e os do Porto foram retirados por não chegarem a preço que satisfizesse os possuidores.

«A lei de licença para venda dos vinhos a retalho, apesar de ter encontrado bastante opposição no parlamento, passou a segunda leitura por uma maioria de setenta e quatro votos. Uma das clausulas da lei exige que as casas de refresco, que estão abertas desde as nove horas da noite até ás cinco da manhã, sejam obrigadas a tirar licença. A lei tambem soffreu algumas alterações favoraveis, concedendo aos retalhistas de vinhos, que se não consomem no local da venda, o poderem vende-lo aquartilhado, em lugar de em garrafas unicamente de meia cana, como até aqui.»

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 24 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Villa Nova de Portimão, cabique portuguez, mestre J. S. Amaro, de Caminha em 4 dias, e da Ericeira em 24 horas, com milho; 9 pessoas de tripu-

lação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da tarde.

Flor de Maio, cabique portuguez, mestre B. do Nascimento, do mar de Caminha em 4 dias, com peixe salgado; 10 pessoas de tripulação.

Senhora das Necessidades, cabique portuguez, mestre J. Vieira, do mar de Caminha em 4 dias, com peixe salgado; 9 pessoas de tripulação.

Restaurado, hiate portuguez, mestre J. J. de Puga, de Vianna em 3 dias, com milho; 6 pessoas de tripulação.

Flor do Mar, hiate portuguez, mestre J. Xavier, de Vianna em 4 dias, com madeira e milho; 6 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é João Pereira da Silva, lavrador; portuguez.

De Hop, galeota hollandeza, capitão A. W. Ouweland, do Porto em 24 horas, com gencibra, a O. Herold & C.; 6 pessoas de tripulação.

First Fruit, escuna ingleza, capitão J. Hilyer, da Terra Nova em 24 dias, com bacalhau, a M. Walsh & C.; 6 pessoas de tripulação.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, de Setubal em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Maria José, hiate portuguez, mestre M. C. Valverde, da Figueira em 24 horas, com madeira e vidros; 6 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Manuel José Pata, caixeiro; José da Silva Marçal, Bento Suzella, maritimos; portuguez.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, de Setubal em 24 horas, com vinho; 6 pessoas de tripulação.

Vulcan, barca ingleza, capitão K. Horn, de New Castle em 22 dias, com carvão a O. Herold & C.; 10 pessoas de tripulação.

Amisada, rasca, mestre J. Franco, da Figueira em 2 dias, com madeira, vidros e encomendas; 10 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é: José Fernandes, negociante; portuguez.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para Vigo e Nantes, com diferentes generos; 28 pessoas de tripulação e 63 passageiros.

Alliança, hiate portuguez, mestre M. E. Duarte, para o Porto, com barro; 7 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é: Antonio da Silva Porto, trabalhador; portuguez.

Ligeiro 2.º, brigue portuguez, capitão A. A. Vasco, para o Pará, com sal, vinho, vinagre e encomendas; 15 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: João da Costa Lima, José Manuel Solheiro, Augusto Lopes de Oliveira, caixeiros; S. Benimira com 2 pessoas de familia, sem emprego; hebreu.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 25 pessoas de tripulação e 136 passageiros.

Cardialidade, brigue portuguez, capitão A. P. Gonçalves, para as ilhas de Cabo Verde, com cantaria e mais generos; 15 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: Pedro Ricardo Sabino Lucas de Vasconcellos e sua mulher, director do collegio de S. Pedro, e da escola commercial de Lisboa; João Duarte Serpa Junior com 3 pessoas de familia, commerciante; portuguez.

Pax, barca russiana, capitão M. H. Witt, para EL-Senar, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 24 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 25 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 21

Embarcações entradas—Vapor de guerra portuguez *Lynee*, de cruzar; barca *Alfredo*, do Maranhão, por Vigo, em 58 dias; vapor inglez *Rebecca*, de Glasgow em 5 dias; patacho hespanhol *Balbina*, de Vigo em 2 dias; escuna dinamarqueza *Union*, de Flom-barg em 44 dias.

Saiu o hiate portuguez *Constante*, para Lisboa. Fora da barra não se avista embarcação alguma. Mar bom.—Vento, esteve E., NO. regular, agora N. brando.

Do dia 22

Entrou o vapor inglez *Braganza*, de Liverpool em 4 dias e meio.

Saiidas—Portuguezes, vapor *Lisboa*, para Lisboa; hiate *Luz do Dia*, para Setubal; rasca *Correio de Aveiro*, para Aveiro.—Vapor inglez *Cintra*, para Liverpool.

Fora da barra fica o vapor inglez *Tanning*. O mar está bom.—O vento esteve E., NE. regulares, agora N. brando.

De Villa do Conde, do dia 19

Saiu o hiate *Baptista*, para a Figueira.

Do dia 20

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Vianna do Castello, do dia 21

Saiidas—Hiates portuguezes *Restaurado*, o *Flor do Mar*, para Lisboa, com milho.

O vapor de guerra portuguez *Lynee* largou e anda cruzando ao NO.

Do dia 22

Saiu o cabique *Andorinha*, para Olhão.

De Caminha, do dia 21

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 22

Entradas—Portuguezes, patacho *Dois de Julho*, hiate *Valença do Minho*, de Malaga, em lastro.

Mar bom.—Vento NO.

De Aveiro, do dia 21

Entrou o cabique portuguez *Tres Amigos*, de Caminha em 2 dias, com milho.

Vento NO.

Hontem entraram mais, o hiate portuguez *Triccano*, do Porto em 1 dia, em lastro; rascas, *Victoria* e *Flor do Porto*, tambem ambas do Porto em 1 dia, em lastro.

Do dia 22

Entradas—Portuguezes, cabique *Jesus e Gloria*, da Figueira em 2 dias; rasca *Correio de Aveiro*; hiate *Luz do Dia*; ambos do Porto em 1 dia, em lastro.

Hontem 21 entrou mais a rasca portugueza *Senhora da Ajuda*, de Mattosinhos em 2 dias, em lastro.

Da Figueira, do dia 21

Entradas—Portuguezes, hiates *Esperanza*, de Vianna, com milho, *Baptista*, de Villa do Conde, em lastro, rasca *Conceição Feliz*, de Vianna, com milho.

Saiidas—hiate portuguez, *Galarim*, para S. Miguel, com varios generos; rascas, *Conceição Estrella*, para Lisboa, com varios generos, *Nova Sociedade*, para o Porto, com pedra; bateira, *Nova Oliveira*, com pedra; escuna hanoveriana *Adelaide*, para Noruega; com sal.

O mar está bom.

Sonda da barra 3 metros e 75 centimetros.

Fora da barra nada se avista.

Do dia 22

Entrou o cabique portuguez *Senhora do Rosario*, de Olhão, com pescaria.

Saiidas—Hiates, *Improvisio*, do Porto; e *Rio Colorado*, de Espozende; ambos com pedra.

Mar um pouco agitado.—Vento NO.

Da Ericeira, do dia 21

Entradas—rascas, *Albina*, da Nazareth, com madeira; *Primavera*, de Vianna, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NNE.

Do dia 22

Entrou o cabique portuguez *Villa Nova de Portimão*, de Caminha, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento variavel.

De Setubal, do dia 21

Não entrou embarcação alguma.

Saiu a bateira portugueza *Conceição de Maria*, para Lisboa, com carvão.

Vento NO.

Do dia 22

Entrou a bateira *Joven Margarida*, de Lisboa, com varios generos.

Saiidas—Galera portugueza *Vasco da Gama*, para o Rio de Janeiro, com sal; vapor inglez *Arno*, para Liverpool, com fructa; brigue dinamarqueza *Christina*, para Copenhague, com sal; hiate portuguez *Cruz 3.º*, para o Porto, com sal.

Vento NNO.

De Faro, do dia 21

Entradas—Portuguezes, cabique de guerra *Min-dello*, do cruzeiro; vapor *D. Luiz*, de Lisboa, e mais portos de sua escala, com cereas e passageiros; bote hespanhol *S. Romão*, de Ayamonte, vasio.

Saiidas—Falucho hespanhol *Santo Antonio e Augustas*, para Ayamonte, com varios generos.

Bom tempo.—Vento NE. fresco.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 21

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o patacho inglez *Gleriray*, para Liverpool, com mineral.

O mar está bom.—Tempo calmoso.

Do dia 22

Entradas—Inglezes, escunas *Jessamine*, de Gibraltar em 3 dias, em lastro; *Ellen*, de Alicante em 18 dias, em lastro.

Não saiu, nem se avista embarcação alguma.

Mar um tanto agitado.—O vento esteve SE. e OSO.

De Tavira, do dia 21

Entradas—Portuguezes, dois botes, ambos denominados *Santo Antonio e Almas*, da ilha Christina, em lastro.

Saiidas—Portuguezes, os botes *Santo Antonio e Almas*, ambos para a ilha Christina, com attum fresco.

Bom tempo.—Vento variavel.

Hontem de tarde saiu o cabique portuguez *Jesus Maria José*, para Lisboa, com vinho e alfarroba.

Do dia 22

Entradas—Portuguezes, dois botes denominados *Santo Antonio e Almas*, da ilha Christina, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Vento ESE. de manhã com alguma vaga na costa, de tarde SO. regular.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 23 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.</